



| | |
|-------------------|---|
| Evento | Salão UFRGS 2014: SIC - XXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS |
| Ano | 2014 |
| Local | Porto Alegre |
| Título | Em Busca do Direito à Informação: Por que os alunos de escolas públicas não conhecem o seu direito de acesso ao Ensino Superior a partir da reserva de vagas? |
| Autor | JADE DE BARROS DAL BÓ |
| Orientador | CLARISSA ECKERT BAETA NEVES |

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul implementou há sete anos o sistema de cotas ou ações afirmativas. O objetivo das ações afirmativas é a inclusão dos alunos provenientes de escolas públicas, de famílias de baixa renda e autodeclarados negros, pardos ou indígenas. O sétimo ano das cotas na UFRGS ainda não contou com a ocupação total das vagas reservadas para as cotas. Por essa razão resolvi pesquisar o nível de informação de alunos de escolas públicas sobre as políticas de inclusão. A Universidade, as escolas e a mídia não divulgam informações suficientes sobre o sistema de cotas. Os editais do vestibular da Universidade são complexos e pouco didáticos, o que dificulta a compreensão. Ao mesmo tempo muitos alunos sequer sabem que o sistema de cotas existe ou que eles próprios poderiam concorrer à reserva de vagas. Se parte importante do público alvo das cotas não possui informações corretas sobre a possibilidade do acesso, como essa política pode ser realmente inclusiva? O foco da pesquisa foram os alunos do ensino médio da rede pública estadual de Porto Alegre. Os dados foram coletados através de pesquisa quantitativa com aplicação de trinta e cinco questionários e pesquisa qualitativa com cinco entrevistas semi-estruturadas. Como referencial teórico foram utilizados os conceitos de equidade; capital social, cultural e econômico; desigualdade; empoderamento; trajetória, essenciais ao debate teórico sobre a temática. As categorias analisadas foram o nível de informação e trajetória dos alunos. Observei a possível inserção dos alunos nas políticas de ações afirmativas da UFRGS, o nível de informação dos alunos sobre essa possibilidade e suas expectativas de acessar o ensino superior. Analisei também reportagens da mídia local, especialmente de Porto Alegre, sobre as cotas. Essas reportagens geralmente divulgam negativamente o sistema, dizendo que é inconstitucional ou que fere os direitos de outros que “honestamente investiram na educação de seus filhos”. Esse tipo de repercussão midiática é em grande parte responsável pelo fato de que os possíveis cotistas estejam desinformados sobre as cotas. Os alunos que entrevistei são, em sua maioria contra as cotas, não sabem que tem direito a elas e as consideram injustas. No caso específico dos negros e pardos é evidente o constrangimento causado pelas declarações da mídia a respeito da contrariedade em relação às cotas. Esse pode ser um dos motivos pelos quais os negros e pardos quando optam pelo sistema de cotas acabem se inscrevendo na modalidade escola pública apenas. Após análise das trajetórias dos alunos verifiquei que maioria dos alunos poderia concorrer ao sistema de cotas e a maioria desejava cursar o ensino superior. As respostas ao questionário e às entrevistas permitiram confirmar que os alunos sabiam nada ou quase nada sobre os direitos deles próprios. O dado mais surpreendente surgiu ao questionar sobre pretensão em concorrer ao vestibular pelo sistema de cotas. Apenas três entre os trinta e cinco alunos afirmaram que irão utilizar o sistema de cotas como opção de ingresso. Todos os outros alunos, apesar serem o público alvo da política, não a conhecem e por esse motivo não pensam ter direito a ela. Muitos alunos alegam que o sistema de cotas é somente para negros, que ele é injusto e que são contra esse sistema. Porém, esses alunos estudam em uma escola pública e não sabem que as cotas da UFRGS estão atreladas ao ensino público. Alguns alunos chegaram até a citar que o sistema de cotas seria para deficientes físicos, programa que não existe na UFRGS. A pesquisa permitiu verificar que esses alunos não estão empoderados de seu direito de concorrer à uma vaga na Universidade pelo sistema de cotas. A intenção dessa pesquisa foi atentar para a necessidade de programas voltados ao público alvo das ações afirmativas, para que esse público passe a conhecer os seus direitos. Só há inclusão se houver empoderamento de direitos.